

CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Rota do Oeste S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 32 às demonstrações contábeis, que indicam, que a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2021: *i)* passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 995.405 mil, principalmente em virtude de dívidas de curto prazo junto a instituições financeiras, contraídas em função da não liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES previsto no plano de negócios; *ii)* processos relacionados a autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em discussão na esfera administrativa e; *iii)* requerimento encaminhado pela Companhia e aprovado pelo poder concedente, ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre, ainda sujeito às demais etapas determinadas pela Lei nº 13.448/2017.

A não confirmação do sucesso dessas ações suscita a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, de seu respectivo plano de investimentos e de seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Principal assunto de auditoria

Avaliação de *impairment* dos impostos diferidos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2021, impostos diferidos - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 30.078 mil. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseado em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos de acordo com os requerimentos do CPC 32;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição dos impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade dos impostos diferidos, a luz dos prazos estimados para operação durante o período relicitatório;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos atendem aos requisitos descritos no CPC 32, bem como se as respectivas divulgações da Nota Explicativa nº 12 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Principal assunto de auditoria

Relicitação do Contrato de Concessão

Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia encaminhou o requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 32 de eventos subsequentes, o referido requerimento foi aprovado pela ANTT em 10 de março de 2022, restando a Companhia cumprir as demais etapas estabelecidas na referida lei. Em decorrência da decisão de proceder à devolução do objeto do contrato de concessão através do processo relicatório, a Companhia passou a adotar para avaliação da recuperabilidade de seu Ativo Intangível, os critérios definidos nessa Lei 13.448/2017 ou seja, indenização pelo valor contábil do intangível, líquido de amortização.

Considerando a complexidade desse processo, que além de resultar de relevante mudança de intenção da Administração em relação ao contexto operacional da Companhia, somente estará concluído após o cumprimento de diversas etapas perante diferentes entidades, como a qualificação do empreendimento para relicitação, assinatura de termo aditivo, definição de valor de indenização de ativos, bem como a efetiva realização de uma nova licitação, entendemos ser esse um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Análise da Lei 13.448/2017;
- Análise do pedido de devolução à luz da Lei 13.448/2017 e das condições previstas no contrato de concessão;
- Discussões com administradores e assessores jurídicos da Companhia quanto a efeitos e procedimentos a serem seguidos;
- Análise do valor justo líquido das despesas de venda para determinação da recuperabilidade do ativo intangível;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, concluímos que os as divulgações na nota explicativa estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **Concessionária Rota do Oeste S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e parágrafo de incerteza relevante relacionado à continuidade operacional da Companhia, devido a existência de passivos circulantes superiores aos ativos circulantes, e parágrafo de ênfase sobre as incertezas relacionadas aos autos de infração lavrados pela ANTT, em discussão na esfera administrativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Cuiabá, 18 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 116001/O-3 - S - MT

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.788	37.550	Fornecedores	-	18.961	15.781
Contas a receber	9	23.640	19.370	Fornecedores - partes relacionadas	11	109.595	92.311
Tributos a recuperar	-	8.929	4.783	Empréstimos e financiamentos	16	950.262	941.072
Despesas antecipadas	10	3.981	5.894	Arrendamento mercantil operacional	17	9.053	8.438
Outros ativos	-	5.978	3.031	Salários e encargos sociais	18	12.572	11.320
Ativo circulante		119.316	70.628	Tributos a pagar	-	11.178	7.650
				Outros passivos	19	3.100	7.159
				Passivo circulante		1.114.721	1.083.731
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	30.078	28.473				
Contas a receber - partes relacionadas	11	382	382	Fornecedores	-	4.356	2.788
Despesas antecipadas	10	30	-	Arrendamento mercantil operacional	17	2.795	2.176
Depósitos judiciais	20	1.982	1.334	Mútuos - partes relacionadas	11	466.190	443.675
Tributos a recuperar	-	2.303	2.232	Provisão para contingências	20	3.235	5.076
Imobilizado	13	2.264	2.242	Provisão de conserva especial	21	150.899	105.194
Intangível	14	1.900.351	1.805.976	Outros passivos	19	3.553	1.788
Ativo de contrato	15	96.438	86.187	Passivo não circulante		631.028	560.697
Ativo não circulante		2.033.828	1.926.826				
				Total do passivo		1.745.749	1.644.428
				Capital social		373.082	363.558
				Reserva de incentivo fiscal		25.554	9.060
				Reserva de lucros		8.759	-
				Prejuízos acumulados		-	(19.592)
				Patrimônio líquido	22	407.395	353.026
Total do ativo		2.153.144	1.997.454	Total do passivo e patrimônio líquido		2.153.144	1.997.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	23	610.926	525.624
Custo dos serviços prestados	24	(379.148)	(258.818)
Lucro bruto		231.778	266.806
Gerais e administrativas	25	(42.191)	(36.293)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(3.587)	(3.878)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		186.000	226.635
Receitas financeiras	27	3.722	2.534
Despesas financeiras	27	(140.228)	(175.114)
Resultado financeiro, líquido		(136.506)	(172.580)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		49.494	54.055
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	(6.254)	(3.619)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.605	(2.481)
Lucro líquido do exercício		44.845	47.955
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	29	122,81	131,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	44.845	47.955
Resultado abrangente do exercício	<u>44.845</u>	<u>47.955</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	363.558	-	-	388	(58.875)	305.071
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.955	47.955
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	8.672	(8.672)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	363.558	-	-	9.060	(19.592)	353.026
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.845	44.845
Aumento de Capital Social	9.524	-	-	-	-	9.524
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	16.494	(16.494)	-
Destinação do lucro	-	1.418	7.341	-	(8.759)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	373.082	1.418	7.341	25.554	-	407.395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.494	54.055
Ajustes		
Depreciação e amortização	59.288	52.787
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	1.172	3.663
Provisão para conserva especial	41.964	(15.881)
Provisão para contingência	(1.841)	(65)
Ajuste a valor presente	3.741	(815)
Juros e variações monetárias, líquidas	135.075	172.887
	288.893	266.631
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.270)	(4.197)
Tributos a recuperar	(4.217)	(560)
Despesas pagas antecipadamente	1.883	169
Outros ativos	(2.947)	(1.826)
Depósitos judiciais	(648)	(978)
Fornecedores	(7.621)	(4.482)
Fornecedores - partes relacionadas	1.055	(418)
Salários e encargos sociais	1.252	3.871
Tributos a pagar	3.816	4.516
Outros passivos	(2.294)	6.244
Caixa gerado nas operações	274.902	268.970
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.542)	(4.020)
Juros pagos no financiamento	(48.834)	(45.743)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	219.526	219.207
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	83.475
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.025)	(405)
Adições ao intangível	(150.990)	(100.646)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(152.015)	(17.576)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de custos de transação	(4.496)	(10.249)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(52.276)	(157.768)
Partes relacionadas		
Recursos recebidos	18.975	-
Arrendamento mercantil		
Aumento de capital social	9.524	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	(28.273)	(168.017)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	39.238	33.614
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.550	3.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	76.788	37.550
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	39.238	33.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Receita de serviços	501.931	460.285
Receita de construção ICPC 01-R1	150.453	103.684
	<u>652.384</u>	<u>563.969</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(101.851)	(36.684)
Custo de construção ICPC 01-R1	(150.453)	(103.684)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(50.750)	(50.670)
Valor adicionado bruto	<u>349.330</u>	<u>372.931</u>
Depreciação e amortização	(59.288)	(52.787)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>290.042</u>	<u>320.144</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.722	2.534
Outros	(3.587)	(3.878)
Valor adicionado total a distribuir	<u>290.177</u>	<u>318.800</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	48.548	42.967
Remuneração direta	41.058	36.751
Benefícios	5.211	4.310
FGTS	2.279	1.906
Impostos, taxas e contribuições	54.371	51.160
Federais	30.224	28.585
Estaduais	192	242
Municipais	23.955	22.333
Remuneração de capitais de terceiros	142.413	176.718
Juros	139.789	174.990
Aluguéis	2.604	1.725
Outras	20	3
Remuneração de capitais próprios	44.845	47.955
Lucro líquido do exercício	44.845	47.955
Valor adicionado distribuído	<u>290.177</u>	<u>318.800</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e da BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

Em 15 de julho de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da controladora indireta Odebrecht Transport S.A. para OTP S.A. (“OTP”), e em 13 de setembro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. para OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”).

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, nova denominação da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP Rodovias S.A. (“OTP Rodovias”) e indiretamente pela OTP S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Tratativas para solução do Contrato – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A regulação do setor de rodovias passou por diversas mudanças nos últimos anos, entre as quais podem ser destacadas; **(i)** edição da Medida Provisória 752/2017, convertida na Lei Federal nº 13.448/2017 (“Lei da Relicitação”), regulamentada pelo decreto Federal nº 9.957/2019, passando a permitir a extinção amigável dos contratos de concessão e sua relicitação, **(ii)** Resolução ANTT nº 5.860/2019, que regula os critérios de indenização em caso de rescisão antecipada dos contratos de Concessão, **(iii)** Resolução ANTT nº 5.823/2018, regulamentada pela Portaria ANTT nº 24/2021, que define os elementos na instrução e propositura de celebração de termos de ajuste de conduta para saneamento de inexecuções contratuais, e **(iv)** Resolução ANTT 5.935/2021, que regulamenta a hipótese de caducidade para processo de extinção dos contratos de concessão, define ritos e procedimentos para apresentação de plano de trabalho para correção das falhas e transgressões, **(v)** Resolução ANTT 5.926/2021 que estabelece diretrizes para encerramento, relicitação e extensão dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob competência da ANTT.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia vem buscando diversas alternativas para solução das inexecuções do Contrato de Concessão, tais como; (i) revisão ampliada do Contrato de Concessão, respaldada pela Medida Provisória 800/2017, (ii) proposição de Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão, (iii) Um Plano de Cura do Contrato de Concessão.

Em 23 de março de 2021, a ANTT publicou a Deliberação nº 105, que determina que a Companhia em 30 dias realize um plano de trabalho para retomada dos investimentos, e no prazo de até 180 dias, concluir determinadas obras, caso descumprimento, realizaria a instauração do processo administrativo de caducidade.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou a proposta de dois Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) para saneamento das inexecuções contratuais “TAC Plano de Ação” e “TAC Multas”.

Como ainda não houve a celebração das propostas de TAC com a consequente troca de controle, a ANTT instaurou o processo administrativo de Caducidade em face da CRO em 21 de outubro de 2021.

Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou a resposta ao processo de Caducidade e encaminhou o requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Tendo em vista que tal requerimento se torna válido com assinatura do Termo Aditivo de relicitação, a conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de Parceria de Investimento (PPI), a ser posteriormente deferido pelo Presidente da República, e finalmente, objeto de assinatura do Termo Aditivo.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança no projeto para uma nova relicitação, e nas premissas legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão.

Autos de infração – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES, previsto inicialmente no plano de negócios da Companhia. A Administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive o painel arbitral já instaurado. Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, houve protocolo de proposta de TAC, em 31 de março de 2021, dentro do qual há a expectativa de formalização de acordo para solução dos passivos administrativos em aberto, de forma a minimizar as incertezas envolvidas. Desta forma, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 07 de agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha descontos tarifários que tenham efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifárias vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a deliberação no processo arbitral sobre o tema. Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente, de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente o processo arbitral, encontra-se na Ordem Processual n.º 37, que divulga o plano de trabalho da perícia que compõe a parte instrutória da Arbitragem. As provas deferidas até o momento: Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias. Atualmente, o procedimento está em fase pericial.

Em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020. Em 26 de fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerendo a suspensão da decisão proferida em 09 de dezembro de 2020. Referida liminar requerida no agravo foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

Capital circulante líquido negativo

A Companhia previa em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente pela Companhia junto ao BNDES, a mesma celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-Rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, enquanto se discute junto ao Poder Concedente alternativa para solução do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 995.405 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 1.013.103), principalmente, em virtude do financiamento de curto prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de dívida, sub-rogação e outras avenças junto ao Banco Crédit Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações do Ministério Público, Governança e Compliance

Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se pelos atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou acordo próprio. Dessa forma, em 2017, como parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020.

Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A CRO, juntamente com sua controladora, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado, desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos.

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se haverá algum impacto para a Companhia oriundo dos resultados do referido Acordo e seus eventuais desdobramentos. A Administração, neste momento, entende que tais efeitos, caso eventualmente existam, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

No âmbito estadual, o Governo de Mato Grosso, através do Decreto nº 424 de 25 de março de 2020, decretou condição de calamidade pública, impondo restrições às atividades de maneira a evitar possível contaminação ou propagação do vírus no estado.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Concessionária Rota do Oeste, aderente às recomendações de segurança e controle, implementou um comitê de crise, visando proteger a saúde dos colaboradores e seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas consistiram no afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho (“home office”) para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e fornecimento de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

A Companhia preocupada com a saúde de seus integrantes diretos e indiretos aprimorou medidas de combate do COVID-19, com instalação de proteção de acrílico transparente entre as baias conjugadas de trabalho dos integrantes, afastamento integral das gestantes, reforço nas campanhas educativas de prevenção e vacinação, assim como instalação de contêiner ambulatorio em sua sede, contratação de profissionais da Saúde temporário, um médico e um técnico de enfermagem do trabalho, aquisição de mil testes rápidos antígeno Covid-19 (Swab Nasofaríngeo), contratação de fisioterapeuta para colaboradores em estado grave, retorno de UTI, e auxílio na compra de medicamentos anti-inflamatório de alto custo. A Companhia vem intensificando a campanha de conscientização de seus colaboradores e a importância da vacinação.

À medida que a vacinação avança no combate do COVID-19, e os números de internações e óbitos são reduzidos as atividades econômicas vem sendo liberadas, ocasionando retomada da economia. A Companhia fechou o ano de 2021 com um crescimento 9% no fluxo de tráfego dos veículos frente ao mesmo período de 2020, marcado por restrição vinda pelas medidas de biossegurança e conseqüentemente atividades paralisadas. Destaque para o tráfego de veículos pesados que apresentou uma retomada com crescimento de 9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Por fim, é importante ressaltar que a Administração envida os maiores esforços para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia.

2. Políticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 18 de março de 2022.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (nota explicativa nº 8), “Contas a receber” (nota explicativa nº 9) e “Outros ativos”, e ao valor justo por meio do resultado o saldo de “Aplicações financeiras”.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

l) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

m) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

o) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
150.453	103.684	(150.453)	(103.684)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência, entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

s) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

t) Capitalização dos custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	-	18.961	4.356
Fornecedores - partes relacionadas	11	109.595	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	466.190
Empréstimos e financiamentos	16	950.262	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	-	15.781	2.788
Fornecedores - partes relacionadas	11	92.311	-
Mútuos - partes relacionadas	11	-	443.675
Empréstimos e financiamentos	16	941.072	-

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros passivos;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a celebração do Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto ao Crédit Agricole, Itaú, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhado na nota explicativa nº 16, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros (DI), em substituição à Taxa de Longo Prazo (TLP).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM no 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	6,4%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%
CDI (*)	10,5%	7,8%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%

(*) Fonte: Projeção Tendências – 31/12/2021.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,3%	7,8%	9,4%
CDI (*)	7,3%	9,1%	11,0%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo Ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	129.103.328	129.130.215	129.156.923

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Instrumento de Inação	ago/22	Alta CDI	110.480.570	113.405.673	116.285.831

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumarizados:

	Nota	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	16	950.262	941.072
Arrendamento mercantil operacional	17	11.848	10.614
Caixa e equivalentes de caixa	8	(76.788)	(37.550)
Dívida líquida		885.322	914.136
Total do patrimônio líquido	22	407.395	353.026
Total do capital próprio e de terceiros		1.292.717	1.267.162
Índice de alavancagem financeira - %		68%	72%

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
		2021	2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.788	37.550
Contas a receber	9	23.640	19.370
Contas a receber - partes relacionadas	11	382	382
		100.810	57.302
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	16	950.262	941.072
Arrendamento mercantil operacional	17	11.848	10.614
Fornecedores	-	23.317	18.569
Fornecedores - partes relacionadas	11	109.595	92.311
Mútuos - partes relacionadas	11	466.190	443.675
Outros passivos	19	6.653	8.947
		1.567.865	1.515.188

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2021	2020
Contas a receber		
Pedágios	23.418	19.046
Receitas acessórias	222	324
Total de contas a receber	23.640	19.370
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	3	3
Numerários em trânsito	302	381
Fundo de troco	537	601
Bancos conta movimento	4.199	2.686
Aplicações financeiras	71.747	33.879
Total de caixa e equivalentes de caixa	76.788	37.550

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa geral	3	3
Numerários em trânsito	302	381
Fundo de troco	537	601
Bancos conta movimento	4.199	2.686
Aplicações financeiras (i)	71.747	33.879
	76.788	37.550

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual médio de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2021 é de 96% a 102% do CDI.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber

	2021	2020
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	20.207	16.477
Receitas acessórias	222	324
Vale pedágio	3.211	2.569
	23.640	19.370

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

10. Despesas antecipadas

	2021	2020
Seguros a apropriar	4.011	5.894
	4.011	5.894
Ativo circulante	3.981	5.894
Ativo não circulante	30	-

11. Partes relacionadas

	Adiantamento a fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Mútuos	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
31 de dezembro de 2020	71.402	382	92.311	443.675	10.801	552	25.707
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	382	1.182	-	2.197	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (i) (iii)	71.402	-	103.326	-	-	-	16.229
OTP Rodovias S.A. (iv) (v)	-	-	260	407.708	11.248	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	4.827	-	-	-	-
OTP S.A. (vii) (viii)	-	-	-	58.482	334	-	3.061
Vexty Previdência ("Vexty") (ix)	-	-	-	-	-	507	-
31 de dezembro de 2021	71.402	382	109.595	466.190	13.779	507	19.290

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo as operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) A Companhia possui junto a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"), atual OECI adiantamentos no montante de R\$ 71.402, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato, conforme nota explicativa nº 15.
- (ii) Refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CNO.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de Engineering, Procurement and Construction (EPC), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (“CNO BR”), atual OECl, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos. A contratação da OECl para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Até 31 de março de 2019, este contrato possuía um seguro garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT. Esse seguro não foi renovado, em virtude da suspensão do contrato EPC.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 16.229 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OECl conforme estabelecido em contrato.

(iv) OTP Rodovias S.A.

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	2021	2020
30/12/2015	(b)	125% do CDI	234.460	234.460
23/02/2016	(c)	125% do CDI	30.024	30.024
14/03/2016	(c)	125% do CDI	23.487	23.487
28/03/2016	(c)	125% do CDI	31.131	31.131
08/07/2016	(d)	125% do CDI	29.705	29.705
06/06/2019	(e)	125% do CDI	13.251	13.251
18/06/2019	(f)	125% do CDI	26.418	26.418
09/06/2021	(g)	125% do CDI	19.231	-
Mútuo Rodovias			407.708	388.476
Custos de captação a amortizar (a)			-	(222)
Líquido			407.708	388.254

a) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP Rodovias;

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta OTP Rodovias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista OTP Rodovias;
- d) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a OTP Rodovias;
- e) Em 06 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 12.353, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto a CEF;
- f) Em 18 de junho de 2019, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias, no valor de R\$ 24.707, com fim específico de quitação parcial do empréstimo ponte junto ao BNDES;
- g) Em 09 de junho de 2021, a Companhia assinou contrato de mútuo com sua controladora OTP Rodovias no valor de R\$ 19.338, com fim específico de quitação parcial do Instrumento de Inação.

Os mútuos estão subordinados a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, e poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo seja quitado com o BNDES primeiro. O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

Conforme último aditivo firmado entre as partes e subordinados aos credores do CPG – Contrato de Prestação de Garantia da CRO, as partes concordaram em não haver incidência de juros a partir de 1º de novembro de 2020, até notificação da OTP RODOVIAS à CRO com cópia para os credores informando sobre o retorno da incidência da remuneração.

- (v) Os valores apresentados decorrem de repasse de passivos trabalhistas.
- (vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato.
- (vii) OTP S.A.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data de liberação	Taxa de remuneração	2021	2020
24/06/2016	125% do CDI	58.482	55.421
		58.482	55.421

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, atualmente sub-rogado através do Instrumento de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja primeiramente quitado junto aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.061 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel.

(ix) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, totalizaram os montantes de R\$ 6.948 e R\$ 4.130, respectivamente:

	2021	2020
Salários	6.016	3.231
Encargos	731	721
Previdência complementar	120	114
Outros	81	64
	6.948	4.130

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Ativo (passivo) fiscal diferido	2021	2020
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(30.506)	(34.583)
Prejuízo fiscal	7.314	17.429
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	45.197	30.929
Outras diferenças temporárias	8.073	14.698
	30.078	28.473

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total do saldo dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
2021	-	2.424
2022	1.285	10.952
2023 em diante	6.029	4.053
	7.314	17.429

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização desses créditos fiscais deve ocorrer antes do término do processo de relicitação.

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2021	2020
Computadores e periféricos	5	2.968	(2.344)	624	334
Equipamentos e instalações	10	978	(492)	486	461
Móveis e utensílios	5 a 10	647	(464)	183	217
Veículos	20	2.438	(1.467)	971	1.230
		7.031	(4.767)	2.264	2.242

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	2.415	809	627	2.486	6.337
Depreciação acumulada	(2.081)	(348)	(410)	(1.256)	(4.095)
31 de dezembro de 2020	334	461	217	1.230	2.242
Adições	554	168	19	284	1.025
Baixas	-	-	-	(103)	(103)
Depreciação	(264)	(143)	(53)	(440)	(900)
Saldo contábil	624	486	183	971	2.264
Custo	2.968	978	647	2.438	7.031
Depreciação acumulada	(2.344)	(492)	(464)	(1.467)	(4.767)
31 de dezembro de 2021	624	486	183	971	2.264
Taxas anuais de depreciação (%)	5	10	5 a 10	20	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo dos serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos exercícios, conforme notas explicativas nº 24 e 25.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	1.043.739	84.717	853.088	1.188	32.418	-	2.015.150
Amortização	(87.597)	(16.102)	(69.997)	(779)	(22.685)	-	(197.160)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	956.142	68.615	783.091	409	9.733	(12.014)	1.805.976
Adições	89.292	15.027	35.706	3.175	12.988	-	156.188
Amortização	(24.934)	(4.695)	(19.685)	(425)	(11.594)	-	(61.333)
Baixas	-	(605)	-	(20)	-	-	(625)
Transferência	141	(24)	28	-	-	-	145
Saldo contábil	1.020.641	78.318	799.140	3.139	11.127	(12.014)	1.900.351
Custo	1.133.171	98.645	888.822	4.341	45.407	-	2.170.386
Amortização	(112.530)	(20.327)	(89.682)	(1.202)	(34.280)	-	(258.021)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.020.641	78.318	799.140	3.139	11.127	(12.014)	1.900.351

Taxas anuais de amortização (%) (ii)

20

(i) Em 31 de dezembro de 2019, foi realizado um levantamento de inventário, o qual ensejou em sobras contábeis e físicas, que motivou a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Esses itens serão alvo de um estudo mais aprofundado, o qual definirá a possibilidade de recuperabilidade ou baixa.

(ii) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1) - "Contrato de concessão". O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

• Recuperação

A descrição da rubrica "Recuperação" consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Operação

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

• Melhoramentos

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

b) Direito de uso sobre arrendamento

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	9.733	17.953
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	12.988	3.509
Amortização dos contratos de arrendamento operacional (*)	(11.592)	(11.587)
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(2)	(142)
	<u>11.127</u>	<u>9.733</u>

(*) Do montante de R\$ 11.592, foram capitalizados ao ativo intangível, custos de amortização no montante de R\$ 2.945, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas 24 e 25.

15. Ativo de contrato

	<u>Recuperação</u>	<u>Operação</u>	<u>Melhoramentos</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Custo	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
31 de dezembro de 2020	<u>7.503</u>	<u>27</u>	<u>6.491</u>	<u>91</u>	<u>72.075</u>	<u>86.187</u>
Adições	4.750	35	5.640	3	412	10.840
Baixas	-	-	-	-	(444)	(444)
Transferência	(104)	-	-	(41)	-	(145)
Saldo contábil	<u>12.149</u>	<u>62</u>	<u>12.131</u>	<u>53</u>	<u>72.043</u>	<u>96.438</u>
Custo	12.149	62	12.131	53	72.043	96.438
31 de dezembro de 2021	<u>12.149</u>	<u>62</u>	<u>12.131</u>	<u>53</u>	<u>72.043</u>	<u>96.438</u>

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2021	2020
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	333.343	310.002
Empréstimo Banco ABC Brasil S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	28.925	30.940
Empréstimo Banco Credit Agricole Brasil S (c)	R\$	DI + 5,20%	117.782	125.941
Empréstimo Banco do Brasil (c)	R\$	DI + 5,20%	139.542	140.944
Empréstimo Banco Itaú S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	81.877	87.548
Empréstimo Banco Pine S.A. (c)	R\$	DI + 5,20%	81.994	87.663
Empréstimo ING BANK N.V. (c)	R\$	DI + 5,20%	166.799	163.321
Custos de captação a amortizar (d)	R\$	-	-	(5.287)
			950.262	941.072

a) Movimentação

	2021	2020
Saldo inicial	941.072	1.006.325
Juros provisionados	105.013	124.464
Juros pagos	(48.834)	(45.743)
Amortização do principal	(52.276)	(157.768)
Custo de transação	(4.496)	(10.249)
Amortização do custo de transação	9.783	24.043
Saldo final	950.262	941.072

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 1º de agosto de 2016.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Nesse aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal.

A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro de 2018 para 20 de maio de 2019, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES (15 de maio de 2020).

Um novo aditivo contratual está em negociação junto a CEF e os termos da negociação são:

- (i) Prorrogação do prazo de vencimento para 20 de maio de 2020;
- (ii) Alteração da taxa de juros de TJLP + 3,5% a.a. para CDI + 5,2% a.a., a partir de 20 de agosto de 2019;
- (iii) Amortização de 3,5% a.a. do saldo devedor, a partir de 20 de agosto de 2019.

Em 06 de junho de 2019, a Companhia pagou um montante de R\$ 12.121 à CEF como amortização do principal do empréstimo ponte.

Em 23 de setembro de 2020, ocorreu o resgate de R\$ 118.226, equivalente à somatória disponível no Fundo Atlântico gerido pela CEF e na Conta Principal do Projeto, vinculada à CEF, para amortização extraordinária ao Contrato Ponte CEF.

Em 21 de outubro de 2021, foi realizado pagamento R\$ 9.524 destinado para amortização extraordinária do Contrato Ponte CEF.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumento de Inação

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. se sub-rogaram na qualidade de credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: **(i)** que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédito Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; **(ii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédito Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; **(iii)** em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; **(iv)** o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e **(v)** partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em tramite de formalização de extensão ao vencimento.

Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação.

Em 09 de junho de 2021, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 18.975, aos Bancos Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V, de acordo com a participação de cada um em relação a dívida, recursos estes oriundos de recebimentos da alienação de mútuo OTP Rodovias (nota explicativa nº 11).

Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinalização positiva em nova negociação em curso.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	5.287	19.081
Custos incorridos	4.496	10.249
(-) Amortizações	(9.783)	(24.043)
Saldo final	-	5.287

e) Garantias

Os contratos de financiamentos com a CEF e Instrumento de Inação com os Bancos Credores, detêm como garantia fidejussória fiança corporativa da Controladora Indireta da Companhia, OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

17. Arrendamento mercantil operacional

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	10.614	19.078
Adições	12.988	3.509
Baixas	(12.369)	(12.903)
Apropriação de juros	615	930
Saldo final	11.848	10.614
Passivo circulante	9.053	8.438
Passivo não circulante	2.795	2.176

Foram acrescidos aos ativos intangíveis os encargos financeiros no montante de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2021.

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a.

18. Salários e encargos sociais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos sociais e trabalhistas	4.790	3.929
Participação nos lucros e resultados	7.782	7.391
	12.572	11.320

19. Outros passivos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Multa (i)	4.641	2.265
Seguros a pagar	2.005	1.947
Verbas do contrato de concessão	-	2.952
Outras contas a pagar	7	1.783
	6.653	8.947
Passivo circulante	3.100	7.159
Passivo não circulante	3.553	1.788

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

20. Provisão para contingências

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Reclamações cíveis	3.176	1.946
Reclamações trabalhistas	59	402
Outras (i)	-	2.728
	<u>3.235</u>	<u>5.076</u>

- (i) Em agosto de 2021, a administração da Companhia reverteu o valor de R\$ 2.728 a título de outras contingências, referente montante da perda estimada decorrente do procedimento interno de verificação de suposta não conformidade.

a) Movimentação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	5.076	5.141
Provisão	2.274	3.888
Reversão	(4.115)	(3.953)
Saldo final	3.235	5.076

A Companhia tem ações de naturezas cíveis no montante de R\$ 10.488 e trabalhista no montante de R\$ 417, totalizando o montante de R\$ 10.905 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 6.827).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta R\$ 1.982 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.334) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente aos processos de ações trabalhistas e cíveis.

21. Provisão para conserva especial

a) Composição

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de conserva especial	150.899	105.194
	<u>150.899</u>	<u>105.194</u>

b) Movimentação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	105.194	121.890
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(9.904)	(3.119)
Provisão de conserva especial	55.609	35.801
Reversão ajuste a valor presente (nota explicativa nº 27)	-	(5.044)
Reversão de provisão para conserva especial (nota explicativa nº 24)	-	(44.334)
Saldo final	150.899	105.194

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2020, a CRO apresentou uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que possibilita a retomada dos investimentos em ampliação de capacidade e melhorias, mediante a troca de controle acionário. O pedido, analisado pela ANTT, contempla a retomada de investimentos em 2021 e conclusão do saldo de duplicação previsto no PER até 2025. A ANTT concluiu pela admissibilidade do TAC em abril de 2021.

Em função da reprogramação das obras, houve alteração no planejamento dos ciclos de conserva especial, que é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial.

Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, conseqüentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 373.082 (R\$ 363.558 em 31 de dezembro de 2020), representado por 373.082.000 (363.558.000 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista OTP Rodovias.

Em 21 de outubro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 9.524, mediante a emissão de 9.524, de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, realizada pela acionista ("OTP Rodovias"), passando o capital da Companhia para 373.082, dividido em 373.082,000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o montante de R\$ 25.554 (R\$ 9.060 em 31 de dezembro de 2020) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 1.418.

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o montante de R\$ 7.341.

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas em atendimento às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças, onde a Companhia se abriga a não distribuir quaisquer recursos a integrantes do mesmo grupo econômico.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita líquida

	2021	2020
Receitas acessórias	5.001	4.922
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (i)	307.747	253.857
Receitas de vale pedágio (ii)	67.585	68.662
Receitas em numerário	121.598	132.844
Receita operacional	501.931	460.285
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	150.453	103.684
Receita bruta	652.384	563.969
Tributos sobre serviços de operação	(41.420)	(38.319)
Outras deduções	(38)	(26)
Receita líquida	610.926	525.624

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “Automatic Vehicle Identification” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia reconheceu, R\$ 150.453 e R\$ 103.684, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura.

24. Custo dos serviços

	2021	2020
Aluguéis	(2.746)	(1.646)
Depreciação e amortização	(57.509)	(51.073)
Gastos gerais	(9.684)	(15.062)
Materiais	(16.938)	(12.061)
Provisão para conserva especial	(41.964)	(28.453)
Reversão de provisão para conserva especial (nota explicativa nº 21)	-	44.334
Salários e encargos	(40.530)	(34.956)
Seguros	(18.648)	(19.405)
Serviços de terceiros	(40.676)	(36.812)
	(228.695)	(155.134)
Custo de construção ICPC 01-R1	(150.453)	(103.684)
	(379.148)	(258.818)

25. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Depreciação e amortização	(1.779)	(1.714)
Despesa com veículos	(245)	(148)
Despesas com viagens	(481)	(319)
Gastos gerais	(2.060)	(3.039)
Materiais e equipamentos	(3.072)	(1.203)
Provisão para contingências	1.841	65
Salários e encargos	(17.372)	(15.367)
Serviços de terceiros	(17.822)	(13.482)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(1.201)	(1.086)
	(42.191)	(36.293)

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Custo na venda de imobilizado	(273)	(438)
Multas (i)	(4.220)	(4.303)
Outras receitas	476	68
Receita na venda de imobilizado	259	416
Venda de sucata	171	379
	<u>(3.587)</u>	<u>(3.878)</u>

(i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

27. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.903	2.259
Outras	819	275
	<u>3.722</u>	<u>2.534</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(3.741)	(4.229)
Arrendamento mercantil operacional	(510)	(617)
Custos de transação	(10.005)	(24.153)
Juros sobre atraso	(16.446)	(12.374)
Juros sobre empréstimos	(105.013)	(124.464)
Juros sobre mútuos	(3.061)	(13.417)
Reversão ajuste a valor presente (nota explicativa nº 21)	-	5.044
Outras	(1.452)	(904)
	<u>(140.228)</u>	<u>(175.114)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(136.506)</u>	<u>(172.580)</u>

28. Imposto de renda e contribuição social corrente

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.494	49.494	54.055	54.055
Adições temporárias	73.718	73.718	29.082	29.082
Adições permanentes	110	110	29	29
Exclusões	(25.919)	(25.919)	(30.492)	(30.492)
Lucro real	97.403	97.403	52.674	52.674
Compensação de prejuízo fiscal	(29.221)	(29.221)	(15.802)	(15.802)
Base cálculo	68.182	68.182	36.872	36.872
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	17.021	6.136	9.194	3.318
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(409)	-	(221)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	16.612	6.136	8.973	3.318
Incentivos fiscais (SUDAM)	(16.494)	-	(8.672)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	118	6.136	301	3.318
Total Imposto de Renda e Contribuição social	6.254	-	3.619	-

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro do exercício	44.845	47.955
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	365.150	363.558
Lucro básico por lote de mil ações	<u>122,81</u>	<u>131,90</u>

30. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores	12.369	12.903
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>12.369</u>	<u>12.903</u>
Arrendamento Operacional	(12.369)	(12.903)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(12.369)</u>	<u>(12.903)</u>

31. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Garantia de concessões públicas	382.751	mar/21 a mar/22
Risco operacional	350.000	dez/21 a dez/22
Responsabilidade civil	80.000	dez/21 a dez/22
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/21 a abr/22
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/21 a set/22
Responsabilidade civil - Engenharia	(*)	mai/14 a mai/18
Risco de engenharia + ALOP	(**)	mai/14 a mar/19

(*) Cancelamento da apólice de Responsabilidade Civil de Engenharia após anuência da ANTT para transferência da cobertura para apólice de Responsabilidade Civil Geral enquanto as obras de ampliação encontram-se interrompidas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**) As coberturas de Riscos de Engenharia e ALOP (RE) venceram em março/2019, visto que esta apólice foi contratada para as obras de duplicação e recuperação das pistas existentes, as quais se encontravam paralisadas desde 2016. Essa condição de obras paralisadas se estendeu até mar/2019 (vigência da apólice) e não foi prorrogada, pois foi adquirido cobertura para o canteiro de obras (único bem que estava sendo coberto pela apólice de Riscos de Engenharia na época) na apólice de riscos operacionais.

32. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela Concessionária Rota do Oeste, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Adicionalmente determinou o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da Concessionária Rota do Oeste, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019.

* * *